

**TÓPICOS CONTRASTIVOS E CONTRASTE TEMÁTICO: UM ESTUDO DO PAPEL DISCURSIVO DA “ARTICULAÇÃO INFORMACIONAL”<sup>1</sup>**

SÉRGIO DE MOURA MENUZZI – UFRGS/CNPq  
GABRIEL ROISEMBERG – MICHIGAN STATE UNIVERSITY

**RESUMO:** Neste artigo, discutimos o impacto da articulação informacional da sentença na organização do discurso. Em particular, investigamos o importe informacional das construções de *tópico contrastivo* sob o prisma de duas teorias formais da estrutura do discurso: *Segmented Discourse Representation Theory* (SDRT; ASHER; LASCARIDES, 2003) e *Questions Under Discussion* (QUD; ROBERTS, 1996; BÜRING, 2003). Para a primeira teoria, as relações discursivas que compõem o discurso – como “paralelo”, “contraste”, etc. – são primitivos sujeitos a diferentes condições contextuais; para a última, por outro lado, a estrutura discursiva é um subproduto do componente informacional presente nas sentenças, que desencadeia um conjunto de “perguntas implícitas” que, em última análise, estruturam o discurso. Nossa conclusão é a de que o arcabouço teórico oferecido pela QUD é mais adequado do que o da SDRT para dar conta do uso das construções de tópico contrastivo em discursos conexos – ainda que a QUD também precise de certas modificações. Mais especificamente, mostramos que a vantagem da QUD sobre a SDRT está precisamente na conexão intrínseca que tal teoria estabelece entre a estrutura informacional da sentença e a estrutura do discurso.

**Palavras-chave:** Tópico Contrastivo; QUD; SDRT.

**ABSTRACT:** In this paper, we discuss the impact of the information structure of sentences in the organization of discourse. In particular, we investigate the informational import of the *contrastive topic* construction under the prism of two formal theories of discourse: *Segmented Discourse Representation Theory* (SDRT; ASHER; LASCARIDES, 2003) and *Questions Under Discussion* (QUD; ROBERTS, 1996; BÜRING, 2003). For the former theory, the discourse relations that compose discourse – such as “parallel”, “contrast”, etc. – are primitives subject to different contextual conditions; for the latter, on the other hand, discourse structure is a subproduct of the informational component present in sentences, that triggers a set of “implicit questions” that ultimately yield discourse structure. Our conclusion is that the theoretical framework offered by the QUD approach is more adequate than the SDRT one to account for the use of contrastive topic constructions in connected discourses – in spite of the fact that the QUD approach also needs some modifications. More specifically, we show that the advantage of the QUD theory over SDRT lies precisely in the intrinsic connection that such theory establishes between information structure and discourse structure.

**Keywords:** Contrastive Topic; QUD; SDRT.

---

<sup>1</sup> A participação do primeiro autor neste trabalho é financiada por bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq (projeto “Estrutura informacional da frase e segmentação do discurso em DRT”, Processo nr. 308909/2007-0). Agradecemos ao *feedback* fornecido pelas várias audiências às quais apresentamos versões anteriores do trabalho: às audiências do VII Workshop on Formal Linguistics, realizado em agosto de 2008 na UFPR (Curitiba PR); do colóquio “Debatendo Semântica Formal com Rodolfo Ilari”, realizado em abril de 2009 na UNICAMP (Campinas SP); e do Departamento de Linguística da Michigan State University (MSU) presente à palestra que lá apresentamos em abril de 2009.

## 1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho, pretendemos discutir o papel da articulação informacional da sentença na organização do discurso. Queremos com isso prestar uma homenagem a uma obra fundamental da literatura lingüística brasileira, o livro *Perspectiva Funcional da Frase Portuguesa*, de Rodolfo Ilari. O livro foi publicado pela editora da Unicamp em 1992, mas na verdade trata-se de uma revisão de uma obra muito anterior, a tese de Ilari, intitulada “Propriedades das Sentenças e Contextos Discursivos”, defendida em 1975 sob orientação de Marcelo Dascal. Queremos, especialmente, dialogar – ainda que num sentido bastante indireto – com o excelente capítulo 5 do livro, “A articulação tema-remata na comunicação interpessoal”, no qual Ilari antecipa e identifica praticamente todas as principais distinções de natureza informacional que a literatura contemporânea veio a estabelecer.

Este mesmo capítulo revela, por outro lado, as limitações do trabalho precursor: na ausência de teorias desenvolvidas sobre um certo domínio do conhecimento, é difícil formular os testes que permitem identificar generalizações e observações cruciais. No caso específico do capítulo de Ilari, podemos dizer que oferece um conjunto impressionante de observações empíricas sobre construções que discutiremos aqui – em particular, sobre as funções de “tópico contrastivo” e de “foco informacional”; mas, ao mesmo tempo, revela como principal lacuna a falta de observações mais sistemáticas sobre o papel destas funções em discursos conexos. Seria surpreendente que Ilari pudesse fazer tais observações: teorias articuladas sobre a organização do discurso só começaram a emergir na metade dos anos 80.

Pois nosso objetivo é, em parte, este: tentar mostrar como, hoje, estamos em condições de avançar no estudo da relação entre articulação informacional e estrutura do discurso – precisamente porque dispomos de teorias mais precisamente formuladas sobre ambos os domínios. De modo mais específico, nosso objetivo é fazer uma análise detalhada do seguinte texto (adaptação de um exemplo de Prince 1983, discutido por Lambrecht 1994, p.160):

(1) Eu me graduei no ensino secundário como um estudante MÉDIO. *Ciências* eu achava um SACO. *Matemática* eu DETESTAVA. Eu ia bem em HISTÓRIA e até gostava das aulas de REDAÇÃO.

Procuraremos demonstrar que as propriedades do discurso em (1) revelam que a articulação informacional da frase é responsável por “relações temáticas” do discurso de modo independente de outras fontes – como, por exemplo, nexos como a conjunção *mas*. Em particular, procuraremos demonstrar que o discurso (1) fornece, de vários modos, evidência para uma análise semântica da função de “tópico contrastivo” como a proposta por Büring (2003) – ainda que, como observaremos, esta análise precise de reajustes. O ponto fundamental que queremos acentuar, de saída, é o seguinte: é por recorrer à hipótese de que “tópicos contrastivos” respondem, em discursos articulados, a “perguntas-tópicas” implícitas – especificamente, a perguntas-QU múltiplas – que a teoria de Büring é particularmente adequada para lidar com as propriedades temáticas do discurso (1). Portanto, nossa conclusão geral será a de que o estudo de uma das articulações informacionais da sentença – a expressa por meio de tópicos contrastivos – revela que a organização do discurso exige, entre outros mecanismos, a postulação de “perguntas-tópicas” subjacentes.

## 2. ARTICULAÇÃO INFORMACIONAL, FOCO E TÓPICO CONTRASTIVO

Nesta breve apresentação, não temos a pretensão de fazer jus à complexidade envolvida na caracterização e na delimitação dos aspectos informacionais da frase que a literatura tem identificado. Para discussão das principais distinções e para revisão da literatura, indicamos o próprio trabalho de Ilari (especialmente, os caps. 2 e 5), bem como Vallduví (1992), Lambrecht (1994), Vallduví & Engdahl (1996), Steedman & Korbayova (2001), Rodrigues & Menuzzi (a aparecer). Para nossos fins, é suficiente lembrar o que, em termos gerais, é a “articulação informacional” de um enunciado: é a codificação pela qual o falante sinaliza como ele acredita que seu interlocutor deva receber e processar as informações veiculadas pelo enunciado. Assim, normalmente se atribui à “articulação informacional” distinções do tipo: que parte da mensagem é “informação nova”, que parte é “informação velha”; que parte indica um referente “proeminente ou ativo” no discurso, que parte sinaliza um “referente não-proeminente ou inativo”; que parte sinaliza “o referente mais importante”, ou “do qual se fala”, que parte indica “o que se diz” deste referente, etc. Estas distinções recebem denominações variadas de autor para autor, sendo dicotomias bastante difundidas as que se estabelece entre “tema/remata”, “tópico/comentário” e “foco/pressuposição”.

Das distinções mencionadas, a mais básica é a distinção entre “informação nova” e “informação velha”, que utilizaremos aqui para introduzir as duas funções informacionais que nos interessam, as funções de “foco” e “tópico contrastivo”. A distinção entre “informação nova” e “informação velha” é normalmente ilustrada por diálogos de pergunta-resposta, como no exemplo (2) abaixo: os segmentos do enunciado de B que simplesmente retomam segmentos do enunciado de A veiculam “informação velha” (“ele encontrou ... na festa”); e o segmento do enunciado de B que fornece a informação pedida por A veicula a “informação nova” (“a irmã de Maria”):

(2) A: E quanto ao João? Quem ele encontrou na festa?

B: Ele encontrou [a irmã da MARIA]<sub>F</sub> na festa.

Chama-se de “foco” (não-contrastivo, ou foco informacional) precisamente os segmentos do enunciado que veiculam “informação nova”, isto é, que respondem a um elemento interrogativo numa pergunta, como *quem* no enunciado de A. Portanto, *a irmã de Maria* é o foco do enunciado de B em (2).

Como é sabido, o foco normalmente é codificado prosodicamente pelo acento principal do enunciado, o que sinalizamos aqui pelo uso de SMALL CAPS; no enunciado de B, por exemplo, o acento principal recai sobre *Maria*. Isso mostra que é preciso distinguir a “função informacional” de foco de sua “exponência” ou “codificação lingüística”: o segmento que veicula informação nova em (2B) é *a irmã de Maria*, mas a “marca” desta função – o acento principal do enunciado – recai sobre *uma* das palavras deste segmento, *Maria* (efeito chamado de “projecção do foco”, cf. JACKENDOFF, 1972; SELKIRK, 1984; e muitos outros).

A segunda função informacional que nos interessará aqui é a de “tópico contrastivo”. Tal como o foco, o “tópico contrastivo” também é sinalizado por um dos acentos principais

do enunciado – segundo Ilari, um “acento secundário” que precede o “acento focal” e que recai sobre o sujeito ou sobre algum constituinte deslocado para à esquerda do sujeito. Nos exemplos abaixo, este acento é sinalizado por *itálico*:

(3) A: Com quem o Paulo vai sair amanhã?  
 B: [O *Paulo*]<sub>TC</sub> eu não sei. O *João* vai sair com a ROSA.

(4) A: Quem vai sair amanhã com a Maria?  
 B: [Com a *Maria*]<sub>TC</sub> eu não sei. Com a *Sílvia* vai sair o CARLOS.

Como se vê nos exemplos, um “tópico contrastivo” pode corresponder a um segmento que é parte da “informação velha” veiculada pelo enunciado – nisso diferindo do foco. Além disso, o outro traço que caracteriza a função dos tópicos contrastivos no discurso é a existência de um conjunto alternativo de elementos que “contrastam” ou “se opõem”, em algum sentido, ao segmento marcado como TC. Isso é ilustrado pela presença explícita de “termos de contraste” nos exemplos em (3) e (4): *O João* contrasta com *o Paulo* em (3B), por exemplo. Mas a presença explícita destes “termos de contraste” não é necessária; quando não ocorrem, o tópico contrastivo “evoca ou pressupõe”, implicitamente, tais termos. Assim, no exemplo abaixo, sob a entoação apropriada, pode-se inferir do enunciado de B que alguém *não* fez seu tema de casa:

(5) A: O João fez o tema de casa?  
 B: [O *João*]<sub>TC</sub> [FEZ]<sub>F</sub> [Inferência: Alguém não fez.]

Além de serem segmentos que, prosodicamente, contêm os acentos principais do enunciado, há outra característica comum a focos e tópicos contrastivos: um tópico contrastivo também pode, num certo sentido, ser “informação nova”, já que também pode responder a um elemento interrogativo. Especificamente, tópicos contrastivos podem ser usados em respostas de tipo “lista” a “perguntas múltiplas” – isto é, a perguntas com dois ou mais elementos interrogativos, como no exemplo abaixo:


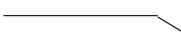
(6) [Contexto: retorno de sacoleiros de uma viagem ao Paraguai.]  
 A: Quem trouxe o que desta vez?  
 B: *O Paulo* trouxe uma sacola de RELÓGIOS; *o José*, dez I-PODS, etc.



Como se vê, enquanto o foco do enunciado de B responde a um dos elementos interrogativos – *o que* –, o tópico contrastivo responde a outro – *quem*. Note-se que, neste caso, o conjunto de alternativas com o qual o tópico contrastivo de uma sentença “contrastam” é explícito – como nos exemplos (3) e (4) acima. Além disso, observe-se que, neste mesmo contexto, também há “contraste” entre os focos das sentenças. Por outro lado, o uso isolado de um foco não evoca – ao menos, não de modo ostensivo – um conjunto de “termos de contraste” implícito: compare-se (2) com (5).

Mas enfatize-se: embora foco e tópico contrastivo sejam ambos marcados pelos acentos principais da frase e tenham funções semelhantes em contextos como (6), ainda assim é preciso reconhecê-los como funções diferentes da articulação informacional. De fato, é



importante notar que, quanto à forma, são caracterizados por curvas entoacionais diferentes. Como observa Ilari (p. 47 e ss., seguindo CAGLIARI, 1980), no foco, a curva é *descendente*, enquanto que, no tópico contrastivo, a curva é de *descida-subida* (as curvas entoacionais são semelhantes em inglês, cf. BÜRING, 2003 e outros):



(7) A: **Quem encontrou a Maria?**

B: a)  **O PAULO**  **(encontrou a MARIA).**

b) #  **O Paulo**  **(encontrou a MARIA).**

(8) A: **Quem o Paulo encontrou?**

B: a) #  **O PAULO**  **encontrou a MARIA.**

b)  **O Paulo**  **encontrou a MARIA.**

A diferença entre as duas curvas entoacionais não é apenas de forma, mas de função: como o exemplo (7) mostra, a entoação de tópico contrastivo é incompatível com um contexto onde a única função possível é a de foco (isto é, se não houver contraste envolvido, como há em perguntas múltiplas); e o exemplo (8) mostra que a entoação de foco é incompatível com elementos que pertençam à “informação velha” da sentença.

Assim, é preciso concluir que, embora as funções de foco e tópico contrastivo possam ser contextualmente similares (em casos como (6)), não são idênticas. No que segue, exploraremos bastante a interação entre as duas funções, razão pela qual alertamos que o leitor precisa estar atento à diferença entoacional que acabamos de caracterizar.

### 3. ESTRUTURA TEMÁTICA DO DISCURSO

A fim de encetar o estudo que temos em mente da contribuição da articulação informacional – em particular, da função de tópico contrastivo – em discursos conexos, precisamos também de uma idéia geral do que seja a “estrutura temática” do discurso. Novamente, deixamos de lado qualquer pretensão a uma apresentação das questões pertinentes ao estudo da estrutura temática do discurso; aqui, nos contentamos com uma primeira aproximação. (Para discussão e síntese conceitual de abordagens, ver ASHER & LASCARIDES (2003), capítulo 3.)

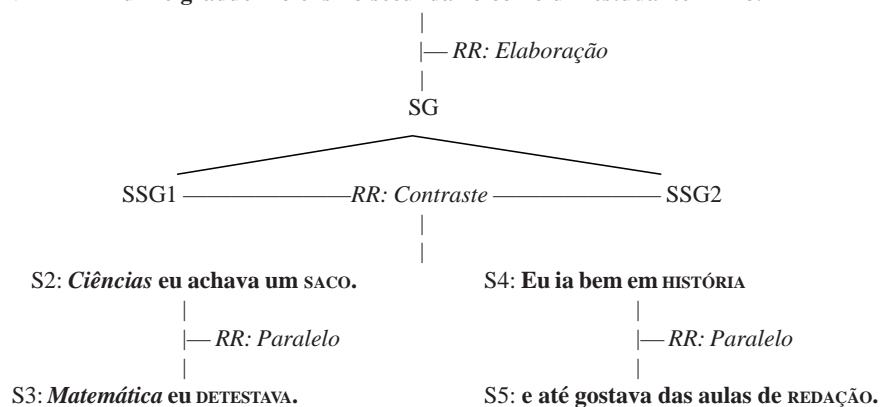
A “estrutura temática” do discurso corresponde a sua segmentação em “unidades de assunto”: as sentenças que compõem o discurso são agrupadas em subconjuntos de sentenças, ou “segmentos” de texto, cada segmento dando alguma contribuição específica à progressão do discurso; estes segmentos podem, por sua vez, ser compostos de

“subsegmentos”, isto é, conjuntos de sentenças com alguma contribuição específica dentro do segmento; assim, a organização temática forma uma “estrutura hierárquica”.

Há diferentes modos de caracterizar esta estrutura hierárquica; em nossa discussão, faremos menção a dois deles. O primeiro corresponde ao tipo de análise proposto pela SDRT (*Segmented Discourse Representation Theory*, cf. ASHER, 1993; ASHER & LASCARIDES 2003), e o segundo, à abordagem baseada em “QUDs” (*Questions-under-Discussion*, cf. VAN KUPPEVELT, 1995; ROBERTS, 1996; BÜRING, 2003).

Na perspectiva da SDRT, o discurso que aqui nos interessa (isto é, (1) acima) receberia a seguinte análise, aproximadamente:

(9) S1: **Eu me graduei no ensino secundário como um estudante MÉDIO.**



Como a representação em (9) ilustra, o principal instrumento de descrição e análise que a SDRT utiliza para caracterizar a estrutura temática do discurso são as chamadas “relações retóricas” (RRs) entre segmentos discursivos. A idéia é que cada nova sentença S em um discurso deve ter alguma “finalidade retórica” com respeito a algum segmento SG prévio: S pode, por exemplo, ser uma *elaboração* de SG, especificando um tema introduzido pelo segmento; ou pode estar em *contraste* com SG, em cujo caso desenvolve um tema que, de algum modo, se opõe ao tema de SG; etc. Estas relações retóricas – *elaboração*, *contraste*, *paralelo*, etc. – são os elementos que conectam sentenças e segmentos de texto entre si, definindo a hierarquia temática do texto.<sup>2</sup>

Na abordagem baseada nas QUDs (*Questions-under-Discussion*), por outro lado, a estrutura temática do discurso resulta da tentativa do falante de responder satisfatoriamente a uma “pergunta tópica”, que pode estar implícita ou explícita no discurso. Ou seja, todo discurso – diálogo ou não – é concebido como uma sucessão de pares de pergunta-resposta, sendo que uma pergunta é o que determina o “assunto corrente” do discurso – e, portanto, da resposta. Quanto à hierarquia temática, resultaria do fato de que, para “responder satisfatoriamente” a uma *pergunta (tópica) principal* (PP), o falante pode precisar

<sup>2</sup> O conjunto de relações retóricas admitidas pela SDRT é limitado, mas não há nenhum princípio geral que estabeleça este limite, e o inventário tem sido determinado empiricamente, abrangendo pouco mais de 20 relações na literatura atual (cf. ASHER; LASCARIDES, 2003, p.145).

responder a um certo número de *perguntas (tópicas) secundárias* (PS) em vários sentidos (por exemplo, porque há algum “ponto de indeterminação” introduzido pela pergunta principal); deste modo, a segmentação do discurso emergiria de uma *hierarquia* de “perguntas tópicas”.

Exemplifiquemos a abordagem QUD com o mesmo discurso acima, que poderia receber a seguinte análise em termos de QUDs (em negrito aparece o material explícito do discurso; em colchetes angulados, o material implícito):

- (10) <PP1> <Como você se saiu no ensino secundário?>  
**S1: Eu me graduei no ensino secundário como um estudante MÉDIO.**  
 <PS1> <Por quê? Como você se dava com cada disciplina?>  
 <PS 1A> <Qual era o problema com as disciplinas em que você ia mal?>  
 <PS 1Ai> <Por exemplo, qual era o seu problema com ciências?>  
**S2: Ciências eu achava um SACO.**  
 <PS 1Aii> <E qual era o seu problema com matemática?>  
**S3: Matemática eu DETESTAVA.**  
 <PS 1B> <Com que disciplinas você não tinha problemas?>  
 <PS 1Bi> <Isto é, em que disciplina você ia bem?>  
**S4: Eu ia bem em HISTÓRIA,**  
 <PS 1Bii> e <de que disciplina você até gostava?>  
**S5: <eu> até gostava das aulas de**  
 REDAÇÃO.

Pode-se descrever o procedimento para a formação de perguntas ilustrado acima do seguinte modo (cf. VAN KUPPEVELT, 1995; BÜRING, 2003): (a) a cada ponto do discurso, há um conjunto de possíveis continuações – ou seja, um conjunto de proposições – que correspondem, semanticamente, ao significado de uma pergunta (cf. KARTUNNEN, 1977); (b) tal “pergunta” é “induzida” por “lacunas de indeterminação” em um enunciado precedente; (c) o enunciado seguinte deve, portanto, ser uma “resposta” à “pergunta” induzida pelo enunciado precedente; (d) para ser uma “resposta” a tal pergunta, ele deve ser “congruente” com a pergunta, isto é, deve ser uma proposição informacionalmente apropriada (seu foco deve corresponder a um elemento interrogativo da pergunta, etc.); e (e) a resposta pode tanto responder satisfatoriamente à pergunta, encerrando o “tópico” (por exemplo, S2 com respeito a pergunta que a domina imediatamente, “qual era o seu problema com ciências?”); ou ela pode não responder satisfatoriamente à pergunta, mantendo o “tópico” aberto (por exemplo, também S2, mas em relação a pergunta que domina a sua pergunta imediata, isto é, em relação a “Qual era o problema com as disciplinas em que você ia mal?”); (f) neste último caso, uma nova pergunta, subordinada à pergunta insatisfatoriamente respondida irá surgir (no caso do exemplo anterior, a pergunta que surge é: “Qual era o seu problema com matemática?”).

O procedimento esboçado acima oferece um modo de caracterizar a noção de “continuidade discursiva”: um discurso termina quando todas as “perguntas implícitas” foram adequadamente respondidas, e é impelido a prosseguir quando ainda restam perguntas

implícitas a serem respondidas. Vale enfatizar: os elementos que “conectam” os enunciados no discurso são, nesta visão, “perguntas implícitas” induzidas por um dado enunciado, em conjunção com pressuposições do contexto.

Ambas as abordagens da estrutura temática do discurso acima esboçadas têm sido exploradas de modo intenso recentemente, mas não temos a intenção de discuti-las aqui – uma vez que não poderíamos fazer jus à literatura corrente em ambas. Nosso intuito é mais modesto: queremos demonstrar que, embora haja similaridades entre certas relações retóricas e o modo como QUDs expressam conexões entre segmentos textuais, ainda assim é possível distinguir os dois modos de conexão discursiva. Especificamente, mostraremos que há muitos elementos em comum entre a relação retórica de “contraste temático” tal como expressa convencionalmente pela conjunção *mas*, e a relação retórica de contraste tal como expressa pela articulação informacional no discurso em (1) acima. Entretanto, também mostraremos que é possível distinguir os dois tipos de “contraste”; e mais: que as principais propriedades da relação temática expressa pela articulação informacional dos “tópicos contrastivos” podem ser capturadas por uma abordagem como a análise QUD esboçada em (10). Passemos, então, à discussão empírica que aqui nos interessa.

#### 4. CONTRASTE TEMÁTICO EA “ALTERNÂNCIA TÓPICO CONTRASTIVO/FOCOSAMENTE”

Começemos por demonstrar que a análise em SDRT proposta em (9) para o discurso que aqui nos interessa é bem motivada. As duas relações retóricas cruciais para nossos fins são as de *Paralelo* e de *Contraste*.

Tal com analisadas pela SDRT, estas duas relações juntam segmentos textuais a fim de comparar “elementos estruturalmente similares”; mas há uma diferença fundamental: a relação de *Paralelo* trata estes elementos como “similares do ponto de vista semântico”, enquanto que a de *Contraste* os trata como semanticamente dissimilares (cf. ASHER & LASCARIDES, 2003, p.152-155, p.168-169; para a definição de “(dis)similaridade semântica”, ver Asher (1999)). O requisito de “similaridade estrutural”, às vezes, se reflete inclusive na articulação informacional dos segmentos, como o ilustra (11) abaixo: neste exemplo, os segmentos presentes nas respostas dadas em (11B.a) e (11B.b) devem ter uma estrutura informacional similar:

(11) A: A única língua que meus orientandos falam é o inglês. Mas ouvi dizer que os seus falam várias línguas. É verdade?

B: a) [Relação retórica: *Paralelo*]

Sim. O *João* fala FRANCÊS, e o *Paulo*, ALEMÃO.

Sim. O *João* fala FRANCÊS, e ? *alemão*, o PAULO

b) [Relação retórica: *Contraste*]

Mais ou menos. O *João* fala FRANCÊS e ALEMÃO, mas o *Paulo*, só ALEMÃO.

Mais ou menos. O *João* fala FRANCÊS e ALEMÃO, mas ?? só *alemão*, PAULO.



Observe-se que os exemplos acima ilustram não apenas o caráter geral de “comparação com mesma orientação” ou “com orientação oposta” das relações de *Paralelo* e *Contraste*, respectivamente; também apontam os principais reflexos formais destas relações, quais sejam, as conjunções *e* e *mas*.<sup>3</sup>

Retornemos à estrutura temática do discurso em (1) tal como analisada em (9) acima: de acordo com esta análise, os subsegmentos SSG1 e SSG2 guardam entre si uma relação de *Contraste* e, internamente, estabelecem uma relação de *Paralelo* entre suas sentenças componentes. De fato, (a) eles comparam, não apenas internamente mas também entre si, elementos similares (disciplinas escolares) por meio de predicções similares (o modo como o falante se sentia com respeito a cada disciplina); mas (b) os elementos comparados são tratados de maneira semanticamente *dissimilar* em SSG1 e SSG2: em SSG1, são atribuídas a eles predicções “negativas”, e em SSG2, predicções “positivas”; daí estar SSG2 em “contraste” com SSG1.

Assim, a análise em (9) parece ter apelo intuitivo. E, de fato, há um argumento óbvio para ela: apenas o *mas* “contrastivo” pode ser usado entre SSG1 e SSG2; e apenas o *e* “paralelo” pode ser usado internamente a SSG1 e SSG2. Com isso, concluímos que, embora no discurso original em (1) não esteja presente a conjunção *mas*, ainda assim há boas razões para dizer que a “relação temática” que une os segmentos SSG1 e SSG2 é uma relação como a convencionalmente expressa por *mas* – isto é, uma relação de *Contraste Temático*.

Note-se, agora, que, na ausência da conjunção *mas*, a única expressão formal da relação temática de *Contraste* no discurso (1) reside na articulação informacional das sentenças que compõem os segmentos SSG1 e SSG2. A pergunta que nos interessa, neste ponto, é o quanto a identificação da relação temática de *Contraste* é dependente desta sua “expressão informacional”. E a observação fundamental, neste sentido, é a de que há uma correlação entre a presença ou a ausência da conjunção *mas* em (1), e a articulação informacional exigida para as sentenças nos segmentos SSG1 e SSG2. Mais especificamente: na ausência de *mas*, a interpretação de “contraste” entre SSG1 e SSG2 é inaceitável caso os dois segmentos sigam o mesmo padrão informacional. Isso acontece no caso em que as sentenças seguem um padrão uniforme de [TC + F] – padrão informacional a que passaremos a nos referir com padrão TC, simplesmente – como o mostra o exemplo (13) abaixo:

(13) Eu me graduei no ensino secundário como um estudante MÉDIO. *Ciências* eu achava um SACO. *Matemática* eu DETESTAVA. ?? *Em história* eu ia BEM e *das aulas de redação* eu até GOSTAVA.

E o mesmo acontece caso as sentenças de ambos os segmentos sigam um padrão uniforme em que o único acento marcado é o de foco – padrão a que passaremos a nos referir como padrão F-somente – como o exemplo (14) abaixo mostra:

<sup>3</sup> Embora contextos como os em (11) sugiram que ocasionalmente os termos contrastados devam respeitar alguma condição de “similaridade informacional”, é bem sabido que este não é um requisito necessário às relações retóricas de *Paralelo* e *Contraste*. Para a relação de *Contraste*, em particular, isso foi explicitamente apontado por Umbach (2004).

(14) Eu me graduei no ensino secundário como um estudante MÉDIO. Eu achava um saco CIÊNCIAS e detestava MATEMÁTICA. ?? Eu ia bem em HISTÓRIA e até que gostava das aulas de REDAÇÃO.

Tanto em (13) quanto em (14), o resultado é o mesmo: o uso de um padrão informacional uniforme força a interpretação em que a relação temática entre SSG1 e SSG2 é de “paralelo”; mas esta interpretação é incompatível com o conteúdo proposicional das sentenças que compõem estes subsegmentos; daí, a incoerência do discurso.

Destes fatos, e da aceitabilidade do discurso em (1), emerge uma observação fundamental: na ausência da conjunção *mas*, a interpretação de “contraste” é aceitável somente se: (a) as sentenças em SSG1 seguem um padrão TC e as sentenças em SSG2 seguem um padrão F-somente, como em (1), abaixo repetido como (15); ou (b) o inverso acontece, com as sentenças em SSG1 seguindo um padrão F-somente, e as sentenças em SSG2, o padrão TC, como em (16) abaixo:

(15) Eu me graduei no ensino secundário como um estudante MÉDIO. *Ciências* eu achava um SACO. *Matemática* eu DETESTAVA. Eu ia bem em HISTÓRIA e até gostava das aulas de REDAÇÃO.

(16) Eu me graduei no ensino secundário como um estudante MÉDIO. Eu achava um saco CIÊNCIAS e detestava MATEMÁTICA. *Em história* eu ia BEM e *das aulas de redação* eu até GOSTAVA.

Em outras palavras: na ausência da conjunção *mas*, a relação temática de “contraste” entre os segmentos SSG1 e SSG2 ainda pode ser expressa; mas *é preciso que haja uma alternância entre as articulações informacionais de TC e de Foco-somente* – generalização a que chamaremos de **Alternância TC/F-somente**.

Curiosamente, o “contraste” em (1) pode ser expresso apenas pela conjunção *mas* – ou seja, a presença desta conjunção dispensa o recurso da alternância TC/Foco-somente:

(17) Eu me graduei no ensino secundário como um estudante MÉDIO. *Ciências* eu achava um SACO. *Matemática* eu DETESTAVA. Mas *em história* eu ia BEM e *das aulas de redação* eu até GOSTAVA.

(18) Eu me graduei no ensino secundário como um estudante MÉDIO. Eu achava um saco CIÊNCIAS e eu detestava MATEMÁTICA. Mas eu ia bem em HISTÓRIA e até gostava das aulas de REDAÇÃO.

Assim, a presença de uma marca convencional da relação temática de “contraste” parece eliminar, em discursos como (1), a necessidade de expressá-la por meio da articulação informacional das sentenças.

Em resumo, concluímos da discussão precedente que:

(a) Há boas razões para acreditarmos que a relação temática que une os segmentos SSG1 e SSG2 no discurso (1) é uma relação de “contraste” semelhante à expressa pela conjunção *mas* e distinta da relação de “paralelo” expressa pela conjunção *e*.

(b) Esta relação exige a alternância TC/Foco-somente na ausência de *mas* – ou seja, na ausência de uma marca convencional específica, a relação temática exige, para ser expressa, uma configuração informacional particular das sentenças que compõem o discurso.

(c) Por outro lado, a presença da marca convencional específica da relação de “contraste” – a conjunção *mas* – elimina a necessidade de expressá-la por meio da articulação informacional das sentenças.

Parece claro que, diante destas observações, a conclusão geral seria a de que a relação temática expressa em (1) é a mesma que a expressa por *mas*, e que ela só é expressa pela articulação informacional em (1) pela ausência de outra marca específica. Argumentaremos, entretanto, que este não é o caso e que muitas das propriedades pertinentes do discurso em (1) são previstas por uma análise da estrutura informacional – especialmente do padrão TC – que não faz apelo direto à relação temática de contraste. Vejamos esta análise.

## 5. A SEMÂNTICA DOS TÓPICOS CONTRASTIVOS

### 5.1 A análise de Büring (2003) para TCs

Büring (2003) propõe uma análise para os TCs que generaliza o uso destes como resposta a questões múltiplas. Este uso foi originalmente observado por Jackendoff (1972), que o descreveu do seguinte modo: quando um TC é usado em um diálogo, como em (19B) abaixo, “pressupomos (...) que há um certo número de pessoas e um certo número de coisas diferentes para comer, e que várias pessoas comeram várias coisas. O falante A faz uma pergunta do tipo *Quem fez o quê?* e o falante B está respondendo” (JACKENDOFF, 1972, p. 261; tradução nossa):

(19) A: Bem, e quanto ao João? O que ele comeu?

B: *O João* comeu FEIJÃO.

Büring sustenta que esta observação pode ser generalizada: segundo ele, (a) para qualquer enunciado contendo um TC, a “questão tópica” – explícita ou implícita – a que o enunciado procura atender pode ser expressa como uma QUD correspondendo a uma pergunta múltipla, como ‘Quem comeu o quê?’ em (19); e (b) visto que esta QUD pode ser respondida de dois modos (como ilustrado em (20) abaixo), o enunciado indica qual “estratégia” particular de resposta foi escolhida pelo falante<sup>4</sup>:

- (20) <Questão:> <Quem comeu o quê?>  
 <Estratégia 1:> <Por pessoas: O que o João comeu? O que a Maria comeu? etc.>  
**O João comeu FEIJÃO, e a Maria comeu GALINHA.**  
 <Estratégia 2:> <Por comidas: Quem comeu feijão? Quem comeu galinha? etc.>  
**O JOÃO comeu feijão, e a MARIA comeu galinha.**

Aplicando a idéia a um discurso mais realístico, obtemos a seguinte estrutura:

- (21) <PP1:> <E aí, quais são as novas?>  
**O Prof. Büring finalmente terminou o SEMINÁRIO.**

<sup>4</sup> Note que a curva entoacional do último segmento do enunciado que responde à Estratégia 2 não é a curva típica de TCs; em particular, o NP *galinha* não recebe a curva ascendente descrita na seção 2. Entretanto, isto é esperado, já que a curva entoacional de “fronteira de enunciado declarativo” – que é tipicamente de descida – tem prioridade, neste caso, sobre a de TC.

<PP2:>	<Como o seminário terminou? > <b>Cada um de nós vai ter que ler um livro CLÁSSICO.</b>
<PP3:>	<Quem pegou qual livro?>
a) <PS3A:>	<Quem pegou o livro do Jackendoff? Quem pegou o da Selkirk?> <b>O livro do Jackendoff foi para a MARIA; e o da Selkirk (foi) para MIM.</b>
b) <PS3B:>	<Que livro a Maria pegou? Que livro você pegou?> <b>A Maria pegou o LIVRO DO JACKENDOFF; e eu peguei o DA SELKIRK.</b>

Em suma, para Büring o papel dos TCs é o de sinalizar a presença de uma “pergunta tópica”, como PP3 em (21). Esta pergunta pode ser respondida por uma ou mais estratégias, isto é, por subperguntas mais específicas, dependendo das pressuposições contextuais – em particular, que conjunto de elementos contrastados é “informação velha” ou “pressuposta”. Assim, dependendo destas pressuposições, o discurso acima poderia ser continuado pela subpergunta PS3A (em que o conjunto de comparação pressuposto é o de livros) ou pela subpergunta PS3B (em que o conjunto pressuposto é o de alunos); é isso que é indicado pelo falante por meio da articulação informacional escolhida.

Consideremos agora, brevemente, a implementação formal desta idéia. Primeiro, Büring propõe que TCs em uma dada sentença *S* desencadeiam a formação de conjuntos de perguntas, o que chama de *o valor (semântico) de TC de S*, denotado por  $|S|^{TC}$ . O algoritmo de formação de valores de TC é o seguinte (adaptado de BÜRING, 2003, p.519):

(22) *Formação do Valor de TC*

- Uma pergunta-QU é formada pela substituição do constituinte focalizado do enunciado por um sintagma-QU adequado;
- Um conjunto de perguntas é formado pela substituição do tópico contrastivo do enunciado por elementos de um conjunto contextualmente dado de alternativas.

Por exemplo, considere (21b) acima: o algoritmo exposto em (22) geraria a estratégia esboçada em (23a) abaixo – ou, mais formalmente, o conjunto de perguntas (isto é, o conjunto de conjuntos de proposições) dado em (23b)<sup>5</sup>:

(23)  $S = [A \text{ Maria}]_{TC} \text{ pegou } [o \text{ livro do JACKENDOFF}]_F$ .

- Passo 1: Que livro  $[a \text{ Maria}]_{TC}$  pegou?  
Passo 2: {Que livro a Maria pegou? Que livro o João pegou? etc.}
- $|S|^{TC} = \{ \{x \text{ pegou } y \mid y \in D_e \} \mid x \in D_e \}$

(22) oferece uma modo de computar os valores de TC para sentenças contendo tópicos contrastivos. Com base nestes valores, Büring formula a condição de felicidade de sentenças contendo o padrão TC de articulação informacional: para um enunciado com o padrão TC ser “feliz”, deve haver uma estrutura discursiva (subjacente) apropriada no contexto, isto é, que coincida com o conjunto de

<sup>5</sup> Como Büring observa (2003, p.521), o valor semântico dado em (22b) para sentenças com TCs é crucialmente diferente do de perguntas-QU múltiplas simples (por exemplo, *Quem pegou o quê?*). O valor semântico destas tem a forma  $\{x \text{ pegou } y \mid x, y \in D_e \}$ , o qual não expressa o caráter hierárquico de discursos gerados por tópicos contrastivos.

perguntas desencadeadas pelo enunciado com TC. Em outros termos, deve ser possível analisar o contexto discursivo como sendo composto de (ao menos) um dos elementos de  $|S|^{TC}$  (isto é, o conjunto de perguntas obtido por meio do algoritmo em (22)). Formalmente, a restrição é formulada do seguinte modo (BÜRING, 2003, p.520):

(24) *Congruência para TCs*

Um enunciado  $U$  contendo um TC é um movimento discursivo  $M_U$  em uma estrutura de discurso  $D$  se e somente se  $U$  indica uma estratégia em torno de  $M_U$  em  $D$ <sup>6</sup>.

(25) Um enunciado  $U$  indica uma estratégia ao redor de  $M_U$  em  $D$  se e somente se existe um conjunto não-unitário  $P'$  de perguntas tal que, para cada  $P$  em  $P'$ :

- a)  $P$  é idêntica à (ou é irmã da) pergunta que domina imediatamente  $M_U$ , e
- b)  $\|P\|^0 \in \|U\|^{CT}$  (em que  $\|P\|^0$  é o valor semântico “ordinário” de  $P$ , ou seja, um conjunto de proposições).

Ilustremos as restrições (24) e (25). Considere o par pergunta-resposta (25) abaixo:

(26) A: Quem pegou o livro do Jackendoff?

B: # *A Maria* pegou o livro do JACKENDOFF.

O par em (26) resulta em um diálogo mal-formado por causa da “estratégia” evocada pelo enunciado de B. Esta “estratégia” é a pergunta (ou as perguntas) que o enunciado (26B) gera segundo o algoritmo (22), a saber, a estratégia esboçada em (23a); e, em particular, obtemos a sub-pergunta implícita “Que livro a Maria pegou?” (isto é, a pergunta  $P$  tal que  $\|P\|^0 \in \|U\|^{CT}$ , cf. (25b)). A congruência para TCs em (24)-(25) requer que uma pergunta com esta forma domine imediatamente (26B) no discurso. Mas isto não ocorre: a pergunta que domina (26B) no discurso é (26A) – que corresponde, por sua vez, à estratégia “inversa” à escolhida em (26B). Portanto, (26B) não é congruente com a estrutura discursiva de (26).

Em resumo: para Buring, a condição de felicidade de uma sentença com padrão TC está relacionada ao fato de que este tipo de sentença pode responder a uma pergunta-QU múltipla. Em particular, sentenças com TCs indicam um modo particular de responder a tais perguntas, a saber, respondendo a um conjunto mais específico, *subordinado*, de sub-questões; estas sub-questões dizem respeito ao conjunto (contextualmente evocado) de elementos que “contrastam” com o TC.

## 5.2 Aplicando a análise de Buring à alternância TC/Foco-somente

A análise de Buring é, de fato, capaz de fornecer uma estrutura coerente com o discurso que nos interessa aqui, estrutura que apresentamos em (10) acima e repetimos abaixo:

<sup>6</sup> Uma “estrutura de discurso” (ou uma “árvore-D”), no contexto da abordagem QUD proposta por Buring, refere-se à representação das relações hierárquicas existentes entre as (sub)perguntas e os enunciados (ou “respostas”) que constituem o discurso; um “movimento discursivo”, por seu turno, corresponde a um nó válido em uma “árvore-D”.

(27) <PP1> <Como você se saiu no ensino secundário?>

S1: **Eu me graduei no ensino secundário como um estudante MÉDIO.**

<PS1> <Por quê? Como você se dava com cada disciplina?>

<PS 1A> <Qual era o problema com as disciplinas em que você ia mal?>

<PS 1Ai> <Por exemplo, qual era o seu problema com ciências?>

S2: **Ciências eu achava um SACO.**

<PS 1Aii> <E qual era o seu problema com matemática?>

S3: **Matemática eu DETESTAVA.**

<PS 1B> <Com que disciplinas você não tinha problemas?>

<PS 1Bi> <Isto é, em que disciplina você ia bem?>

S4: **Eu ia bem em HISTÓRIA,**

<PS 1Bii> e <de que disciplina você até gostava?>

S5: <eu> **até gostava das aulas de REDAÇÃO.**

Observe-se que, nesta análise, as sentenças de padrão TC respondem a um conjunto de perguntas-QU simples (“Qual era o seu problema com ciências? e com matemática?”) subordinadas a uma pergunta-QU múltipla (“Como você se dava com cada disciplina?”)<sup>7</sup>, como exige a análise de Büring. Além disso, a estrutura acima dá conta, corretamente, da articulação informacional dos enunciados que compõem o discurso ao mesmo tempo em que expressa algumas das principais propriedades temáticas deste: (a) consegue expressar o fato de que os enunciados S2 e S3 formam um segmento temático, já que respondem ao mesmo conjunto de subquestões implícitas; (b) também expressa o fato de que S4 e S5 formam um segmento temático, pela mesma razão; e finalmente (c) expressa o fato de que os dois segmentos mencionados estabelecem uma relação temática entre si, já que ambos respondem, por “estratégias alternativas”, a uma mesma questão principal.

Este último ponto é crucial para nós aqui: as subquestões PS1A e PS1B são relacionadas discursivamente porque são “estratégias”, isto é, conjuntos de perguntas derivadas da mesma pergunta-QU múltipla, PS1: PS1 interroga pelo *modo* como o estudo se dava em *cada disciplina*; PS1A é a estratégia de responder a PS1 fornecendo o modo (*achava um saco, detestava*) para um conjunto dado de *disciplinas (ciências, matemática)*, e PS2 é a estratégia de responder a PS1 fornecendo as disciplinas (*história, aulas de redação*) para um conjunto dado de *modos (ia bem, até gostava)*. É esta análise que permite dizer, sob uma abordagem QUD, que ambos os segmentos mantêm entre si uma relação temática na estrutura acima.

Entretanto, precisamente esta análise levanta o primeiro problema para a teoria de Büring. É preciso lembrar que, para ele, a articulação informacional responsável por sinalizar a presença de uma “estratégia” – isto é, um modo de responder a uma pergunta-QU múltipla – é o *padrão TC*. Mas, na estrutura acima, o segmento textual dominado por PS1B é respondido por enunciados no *padrão F-somente*. Isso indica que, na melhor das hipóteses, a análise de Büring não fornece condições suficientes para distinguir o uso de um

<sup>7</sup> Formulamos a pergunta com o determinante não-interrogativo *cada*, em vez do interrogativo *qual*, apenas porque o enunciado com *cada* é mais natural. Do ponto de vista da análise semântica que nos interessa aqui, a pergunta com *cada* é semanticamente equivalente a pergunta-QU múltipla com *qual*, ambas significando “Para que pares de x e y, você se dava de modo x com a matéria y?”.

padrão TC do uso de um padrão F-somente. Em particular, não se poderia dizer que toda a estratégia de resposta a uma pergunta-QU múltipla é sinalizada por um padrão TC.

E o problema pode ser ainda pior: se a condição de congruência de um enunciado com o padrão F-somente é necessariamente, por definição, diferente da condição de congruência do padrão CT (como em BÜRING, 2007), o resultado é que um padrão F-somente não evocará uma “subestratégia”. Neste caso, o padrão F-somente seria incongruente com a estrutura de discurso acima fornecida, e seria necessário buscar outro modo de representar, por meio de QUDs, a estrutura temática do discurso em (1). Como conseqüência, perder-se-ia um modo de explicar, na abordagem QUD, a intuição de que os subsegmentos SSG1 e SSG2 do discurso em questão mantêm uma relação temática entre si precisamente porque são “modos alternativos de desenvolver um mesmo tema” – modos alternativos de responder a uma mesma pergunta tópica.<sup>8</sup>

Há um outro problema com a análise QUD que sugerimos acima, baseada na teoria de Büring para os tópicos contrastivos, mais importante para nós aqui. O problema é que nem a definição de “valor de TC de um enunciado”, nem a “condição de congruência para CTs”, nem ambas juntas, são capazes de prever uma das propriedades temáticas fundamentais do discurso em (1): a de que as relações que se estabelecem em (9)-(27) entre os segmentos SSG1 e SSG2, bem como as que se estabelecem no interior de cada um destes segmentos, possuem “conteúdo” específico. Para sermos mais precisos: ao evocar a idéia da existência de “estratégias”, a teoria de Büring é capaz de prever a possibilidade de desenvolvimentos alternativos de um mesmo tema, quando este tema pode ser caracterizado por uma pergunta-QU múltipla; assim, a teoria é capaz de indicar a existência de discursos como (1), com alguma relação temática sendo estabelecida entre SSG1 e SSG2; mas não é capaz de prever, por si só, que a relação entre SSG1 e SSG2 é de *Contraste*, e não de *Paralelo*.

Parece-nos que há uma relação entre os dois problemas acima apontados – isto é, entre o problema de que a abordagem de Büring não é capaz de prever a necessidade do padrão F-somente em alternância com o padrão TC, e o de que também não é capaz de prever o conteúdo específico das relações temáticas que se estabelecem entre os segmentos SSG1 e SSG2 em (9), e no interior de cada um deles. É exatamente isso – uma relação entre o papel da articulação informacional TC e o “conteúdo temático” das relações entre segmentos textuais – que a generalização que apresentamos na seção 4 acima indica: na ausência da conjunção *mas*, a relação de *Contraste* temático precisa ser expressa pela alternância TC/F-somente.

Diante desta situação, poderíamos concluir por duas alternativas completamente opostas. A primeira: como não diz respeito ao “conteúdo temático” das relações entre segmentos discursivos, o tipo de teoria proposto por Büring, ainda que sendo capaz de estabelecer uma conexão entre estrutura informacional e estrutura hierárquica do discurso, é inerentemente incapaz de tratar do tipo de generalização que encontramos; precisaria ser

<sup>8</sup> Há ao menos uma razão para se acreditar que este seria um movimento em falso. Note-se que o segmento SSG2 pode, na verdade, fazer uso de uma *marcação de TC sobre os predicados*, como em (i): (i) Eu me graduei no ensino secundário como um estudante MÉDIO. *Ciências* eu achava um SACO. *Matemática* eu DETESTAVA. Eu ia *bem* em HISTÓRIA e até *gostava* das aulas de REDAÇÃO.

Isto revela que SSG2 pode, de fato, ser interpretado como uma estratégia complementar à do segmento SSG1, como o prediz a teoria de Büring e a análise em termos de QUD que propusemos em (27).

complementado por uma teoria substantiva das relações temáticas – como a teoria as relações retóricas da SDRT. A outra alternativa: ao conseguir associar a estrutura informacional da sentença à estrutura hierárquica do discurso, a teoria de Büring para TCs – baseada na idéia das “estratégias” de resposta a uma pergunta múltipla – está no caminho certo e, com algum refinamento, poderia fazer predições também com relação ao “conteúdo” das relações temáticas.

No que resta deste trabalho, argumentaremos que há uma boa possibilidade de que a última alternativa esteja correta: procuraremos mostrar que, embora tenham “conteúdo” semelhante, são duas as “relações de *contraste*” – a relação de contraste expressa pela conjunção *mas* e a expressa pela alternância CT/F-somente devem ser distinguidas. E, crucialmente, a última tem propriedades que são adequadamente capturadas pela abordagem QUD que apresentamos nesta seção.

## 6. CONTRASTE POR *MAS* VS. CONTRASTE PELA ALTERNÂNCIA TC/F-SOMENTE

A primeira observação importante aqui é que a alternância TC/F-somente é, de fato, a responsável pelo *contraste* – isto é, pela “mudança de orientação” – que há na passagem do SSG1 ao SSG2 no discurso em (1). Isso é o que um exemplo como (28) mostra:

(28) Eu me graduei no ensino secundário como um estudante MÉDIO. *Ciências* eu achava um SACO. ??  
Eu detestava MATEMÁTICA.

O que acontece em (28) é que a semântica das proposições comparadas tem “a mesma orientação” – isto é, diz respeito a matérias em que o aluno não ia bem. Assim, no que diz respeito à semântica proposicional dos enunciados, o que esperaríamos seria um segmento definido pela relação de *paralelo*. Entretanto, o padrão informacional dos enunciados que compõem o segmento se caracteriza como um caso da alternância TC/Foco-somente e, fundamentalmente, o segmento como um todo leva o leitor a buscar uma relação de oposição entre *ciências* e *matemática*. Ou seja: o texto (28) é mal-formado precisamente porque há incompatibilidade entre a semântica das proposições, que exige uma interpretação de *paralelo*, e a alternância TC/F-somente – indicando que, de fato, é esta a responsável pela relação de *contraste* em tais discursos.<sup>9</sup>

Uma segunda observação importante é que TCs, no contexto que nos interessa aqui, exigem “contraste” não apenas para o constituinte marcado com o acento de TC, mas também para a predicação. Isto é, para o texto ser coerente sob uma interpretação de *contraste* tal como expressa pela alternância TC/F-somente, é preciso que haja a possibili-

<sup>9</sup> Observemos que se o padrão informacional do segmento fosse inverso – isto é, o primeiro enunciado com a forma F-somente, e o segundo com a forma TC, o discurso aparentemente não apresentaria problemas – em particular, neste caso a interpretação de *paralelo* é aceitável:

(i) Eu me graduei no ensino secundário como um estudante MÉDIO. Eu achava um SACO CIÊNCIAS. *Matemática* EU DETESTAVA.

Não discutiremos este exemplo aqui. Apenas mencionamos um dos fatores que fazem com que (i) seja diferente do discurso em (1) – e que, acreditamos, seja pertinente: a inexistência de estrutura interna nos subsegmentos de (i). Compare-se (i), também, com o exemplo em (29).



dade de “contraste” tanto para os TCs quanto para os elementos focalizados da sentença. Isso é o que o exemplo abaixo mostra:

(29) Eu me graduei no ensino secundário como um estudante MÉDIO. Eu achava um saco CIÊNCIAS e detestava MATEMÁTICA. ?? *De aulas de redação* todos os alunos GOSTAVAM.

Note-se que, sendo o tema do discurso o modo como o *falante* se deu na escola, os elementos comparados – e marcados pelos acentos de TC ou de F – são os *modos* x como o *falante* se dava com as disciplinas, e as *disciplinas* y que o *falante* cursou. Portanto, para a comparação pertinente ser estabelecida, é preciso que o conteúdo proposicional comum às sentenças do segmento seja “o *falante* se deu de modo x com a disciplina y”. Entretanto, o último enunciado de (29) não possui este conteúdo proposicional; antes, seu conteúdo é “*todos os alunos* se deram de modo x com a disciplina y”. Em outros termos: se substituirmos TCs e elementos focalizados por variáveis nas proposições dos dois segmentos em (29), o resultado não será uma mesma proposição básica; portanto, não há comparação – ou contraste – possível no contexto em (29).

Assim, concluímos que a alternância TC/F-somente só consegue integrar apropriadamente segmentos em uma relação de contraste se houver comparação entre os TCs e os elementos focais apropriados para o “tópico” do discurso. Esta propriedade é capturada pela análise de Büring: nela, cada estratégia é um modo alternativo de responder a uma pergunta-QU múltipla; os elementos comparados correspondem aos elementos-QU da pergunta; e o que assegura o “tópico comum” do discurso é o resto da proposição.

Adicionemos outra observação: a de que a coerência do discurso (29) pode ser resgatada se novas informações estiverem disponíveis no contexto, fornecendo novamente um “conteúdo proposicional comum” a um conjunto de perguntas implícitas. Considere, por exemplo, o diálogo (30) abaixo, em que (30B) é uma versão modificada de (29): neste caso, o segmento correspondente a (29) não resulta incoerente.

(30) A: Ouvi dizer que, no ensino secundário, você costumava ir bem em redação. Você deve ter sido um excelente aluno!

B: É, eu me dava bem nas aulas de redação, mas na verdade me graduei no ensino secundário como um estudante MÉDIO. Eu achava um saco CIÊNCIAS e detestava MATEMÁTICA. *De aulas de redação* TODOS os alunos gostavam.

Observe-se, entretanto, que, neste novo contexto, o conteúdo proposicional comum que permite integrar o enunciado ao discurso por meio de *contraste* é “x se dava bem/gostava da disciplina y” – em particular, há agora contraste entre o falante e todos os demais alunos. Crucialmente, este novo “conteúdo comum” expressa uma pergunta-QU múltipla diferente, que requer uma articulação informacional diferente do enunciado – e é precisamente isso que vemos em (30).

Até aqui, vimos que: (a) o que realmente determina a interpretação de *contraste* em discursos como (1) é a alternância TC/F-somente, e não apenas o conteúdo proposicional dos enunciados (cf. (28)); e (b) que, para haver o *contraste* apropriado, é preciso ter algo como uma “pergunta-QU múltipla” – uma proposição com pelo menos duas variáveis

abertas – em comum a todos os enunciados relacionados por contraste: tanto os de padrão TC quanto os de padrão F-somente (cf. (29) e (30)).

Podemos, ainda, demonstrar que é a presença conjunta de ambos os segmentos que induz à presença da relação temática de *contraste* – e que isso é diferente do caso de *contraste* tal como expresso por *mas*, em que um dos segmentos pode permanecer implícito. Considere, primeiro, a tentativa de expressar *contraste temático* apenas por meio do padrão TC, sem a presença do primeiro segmento do discurso:

(31) Eu me graduei no ensino secundário como um estudante MÉDIO. ?? *Em história* eu ia BEM e *das aulas de redação* eu até GOSTAVA.

O discurso (31) acima é incoerente: em princípio, é possível antecipar o “contraste” que há entre o tema que se anuncia na primeira sentença – o falante foi apenas um aluno médio – e o segmento correspondente ao segundo segmento do discurso de (1) – em que o falante revela que até se dava bem com algumas disciplinas. Mas esta antecipação não é suficiente para permitir uma interpretação natural para (31), a que parece faltar algum tipo de informação. Portanto, na ausência do primeiro segmento do discurso em (1) – segmento que desenvolve a orientação “negativa” anunciada por *Eu me graduei como um aluno médio* –, o padrão TC não é, por si só, capaz de introduzir a relação temática de contraste.

Agora, compare-se (31) com o discurso abaixo, claramente mais natural:

(32) Eu me graduei no ensino secundário como um estudante MÉDIO. Mas eu ia bem em HISTÓRIA e até gostava das aulas de REDAÇÃO.

Este exemplo mostra que a conjunção *mas*, ao contrário do padrão TC, é por si só capaz de evocar as condições necessárias para a introdução da relação temática de contraste em contextos como o de (31) e (32). Esta observação não chega a ser surpreendente: uma das propriedades apontadas pela literatura sobre conjunções como *mas* é, justamente, a de que são capazes de evocar a relação de contraste mesmo na ausência do segmento de “concessão” – termo utilizado para o primeiro segmento de uma relação de contraste (cf. SPENADER; MAIER, 2009, e referências lá citadas).

O que é fundamental para nós, aqui, é que o mesmo “efeito retórico” só pode ser obtido pelo padrão TC *na presença de um outro segmento com o padrão F-somente*. Isso sugere que o que faz o discurso ser interpretado como tematicamente contrastivo, nos casos em que se faz uso da alternância TC/Foco-somente, é precisamente a percepção de que duas “estratégias alternativas” de resposta para uma mesma “pergunta tópica” estão sendo simultaneamente exploradas – por isso, a presença alternante dos dois padrões informacionais. Claramente, esta é uma propriedade fundamental da interpretação de discursos como (1) que é capturada pela análise de Büring.

Por outro lado, admitindo que isso seja correto, somos obrigados a concluir que as fontes de “contraste temático” em (32) e (31) são diferentes; assim, embora estejamos lidando com relações temáticas muito semelhantes, não são exatamente a mesma relação. Em outros termos: há uma certa relação de “contraste temático” que corresponde ao sentido convencional de conjunções como *mas*; e há uma outra relação de “contraste temático”, muito semelhante mas não idêntica à primeira, que é expressa pela alternância TC/Foco-

somente e que é, ao menos parcialmente, explicada pelo fato de que tópicos contrastivos respondem a uma pergunta-QU múltipla.

Queremos encerrar este nosso estudo comparativo destes dois modos de expressar “contraste temático” fornecendo mais um argumento para esta última conclusão – isto é, a de que estamos lidando com duas fontes diferentes de “contraste temático”. O argumento ancora-se na seguinte observação: embora a conjunção pareça evocar de modo mais eficiente as condições contextuais necessárias para se obter a interpretação de contraste temático entre SSG1 e SSG2 em (9) (cf. (32) vs. (31)), ainda assim é possível achar contextos em que mesmo ela não é, por si, suficiente para isso:

(33) Eu me graduei no ensino secundário como um estudante MÉDIO. Eu achava um saco CIÊNCIAS e detestava MATEMÁTICA. ? Mas todos os alunos gostavam de aulas de REDAÇÃO.

Lembramos, antes de mais nada, que neste mesmo contexto a alternância TC/F-somente, por si só, também não é capaz de expressar contraste temático, como vimos na discussão (29) acima. Consideremos agora (33). O discurso não chega a ser incoerente, mas não consegue evocar, à primeira leitura, a inferência que permitiria interpretar o enunciado introduzido por *mas* como em contraste com o tema “eu fui um aluno médio: havia disciplinas em que eu ia mal, e disciplinas em que eu não ia mal”. A cadeia de inferência necessária deveria ser algo como “mas, como todos os alunos gostavam de redação e, por isso, iam bem, eu – sendo um dos alunos – também gostava de redação e, por isso, também ia bem nesta disciplina”. Parece-nos claro que esta não é uma leitura que seja evocada de imediato por (33). Ou seja, assim como a alternância TC/F-somente não consegue evocar esta leitura (cf. (29)), também a conjunção *mas* não é capaz de evocá-la, por si só, eficientemente.

Compare agora (33) com (34) abaixo, que só difere de (33) pelo fato de recorrer não apenas à conjunção *mas*, mas também à alternância TC/F-somente – isto é, *ambas* as expressões de “contraste temático” são utilizadas simultaneamente:

(34) Eu me graduei no ensino secundário como um estudante MÉDIO. Eu achava um saco CIÊNCIAS e detestava MATEMÁTICA. Mas de aulas de redação todos os alunos GOSTAVAM.

Parece-nos claro que (34) é mais natural que (33) e consegue evocar a cadeia de inferências necessárias: em (34), a primeira leitura é a de que, “como todos os alunos gostavam iam bem em redação, e eu era um deles, eu também ia bem em redação”.

Não pretendemos fazer uma análise detalhada do sucesso relativo do discurso (34) *vis-à-vis* (33). O ponto fundamental para nós, aqui, é que neste contexto particular, nem *mas* nem a alternância TC/F-somente conseguem, por si só, estabelecer eficientemente a relação de *contraste temático*; esta relação só emerge se *ambas* as formas de expressão são usadas conjuntamente. Entretanto, como vimos antes, elas *são* capazes de evocar, por si sós, contraste temático em outros contextos. Concluímos, assim, que ambas expressam *contrastos temáticos* diferentes: num contexto como o do discurso (1), que nos ocupou neste artigo, os dois contrastes temáticos se sobrepõem, razão pela qual parecem expressar a mesma relação temática; mas, em contextos como (29), (33) e (34), nenhuma das duas relações é completamente adequada por si só, e ambas são necessárias – razão pela qual o

discurso só resulta natural na presença da conjunção *mas* acompanhada da alternância TC/F-somente.

## 7. CONCLUSÃO

Se a argumentação precedente está no caminho correto, podemos dizer que as propriedades do discurso em (1) revelam que a articulação informacional da frase é, sim, responsável por relações temáticas do discurso de modo independente de outras fontes – como, por exemplo, nexos como a conjunção *mas*. Em particular, procuramos mostrar que o discurso em (1) fornece, de vários modos, evidência para uma análise semântica da função de “tópico contrastivo” como a proposta por Büring (2003) – ainda que, como observamos antes, esta análise precise de reajustes. Mais especificamente: a análise de Büring não é capaz de predizer se a relação temática evocada pelos tópicos contrastivos será de *Paralelo* ou de *Contraste* – para usar os termos utilizados pela SDRT para nomear as relações em questão. O modo como a análise deve ser reajustada para ser capaz de fazer tal predição será um dos objetivos de nossos estudos subseqüentes.<sup>10</sup>

Enfatizemos, entretanto, o ponto fundamental de nossas sugestões no presente artigo: é por recorrer à hipótese de que “tópicos contrastivos” respondem, em discursos articulados, a “perguntas-tópicas” implícitas – especificamente, a perguntas-QU múltiplas – que a teoria de Büring é particularmente adequada para lidar com algumas das principais propriedades temáticas do discurso em (1). Com efeito, ela é especialmente bem talhada para expressar propriedades que não são preditas pela aparente correspondência com a relação temática de contraste expressa por *mas*: esta correspondência não prediz, por exemplo, o requisito de identidade da proposição básica subjacente aos dois segmentos textuais unidos por contraste, nem a necessidade da presença do primeiro segmento.

Por fim, gostaríamos de retornar à nossa homenagem a Ilari enunciando uma das razões pelas quais sua descrição intuitiva de diferentes usos dos tópicos contrastivos não pôde ser colocada a serviço de predições mais específicas acerca do papel desta função informacional no discurso: Ilari não dispunha nem de teorias formais da contribuição efetiva da articulação informacional – como a teoria de Büring para os tópicos contrastivos – nem de teorias formais das relações que os segmentos textuais estabelecem entre si – como a SDRT. Se fizemos algum progresso no presente artigo, foi porque houve progresso anterior significativo nestas áreas complexas do estudo da linguagem.

<sup>10</sup> Explicitemos uma vez mais as limitações da análise de Büring observando que o fato de um discurso explorar simultaneamente duas “estratégias alternativas” para responder uma mesma pergunta-QU múltipla não é uma condição suficiente para induzir a interpretação de contraste. É isso o que revela uma pequena adaptação do discurso em (21) acima na qual o enunciado explícito correspondente a (21b) é ligeiramente modificado (por exemplo, para “A Roberta pegou o LIVRO DO VALLDUVI; e o Renato pegou o DA ERTESHIK-SHIR.”): com esta modificação, poderíamos tomar (21) como um todo como sendo um discurso conexo; neste discurso, (21a) e (21b) continuariam explorando “estratégias diferentes”; mas a interpretação da relação entre estes dois segmentos seria de *paralelo*, e não de *contraste*.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ASHER, N. (1993). *Reference to Abstract Objects in Discourse*. Dordrecht: Kluwer.
- ASHER, N. (1999). Discourse and the Focus/ Background Distinction. In: BOSCH, P. & VAN DER SANDT, R. (eds.) *Focus – Linguistic, Cognitive and Computational Perspectives*. Cambridge: CUP. p. 247-267.
- ASHER, N.; LASCARIDES, A. (2003). *The Logics of Conversation*. Cambridge: CUP.
- BÜRING, D. (2003). On D-Trees, Beans, and B-Accents. *Linguistics & Philosophy* 26(5), p. 511-545.
- BÜRING, D. (2007). Semantics, Intonation and Information Structure. In: RAMCHAND, G.; REISS, C. (eds) *The Oxford Handbook of Linguistic Interfaces*. Oxford: OUP. p. 445-473.
- CAGLIARI, L. (1980). Entoação do Português Brasileiro. *Estudos Lingüísticos* 3. Araraquara: UNESP.
- ILARI, R. (1992). *A Perspectiva Funcional da Frase Portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp.
- JACKENDOFF, R. (1972). *Semantics in Generative Grammar*. Cambridge, MA: MIT Press.
- KARTTUNEN, L. (1977). Syntax and Semantics of Questions. *Linguistics & Philosophy* 1, p. 3-44.
- VAN KUPPEVELT, J. (1995). Discourse Structure, Topicality and Questioning. *Linguistics* 31, P. 109-147.
- LAMBRECHT, K. (1994). *Information Structure and Sentence Form*. Cambridge: CUP.
- ROBERTS, C. (1996). Information Structure in Discourse: Towards an Integrated Formal Theory of Pragmatics. In: YOON, J. H.; KATHOL, A. (eds.) *OSU Working Papers in Linguistics 49: Papers in Semantics*, p. 91-136.
- RODRIGUES, G. R.; MENUZZI, S. (a aparecer) Articulação Informacional. In: PIRES DE OLIVEIRA, R.; MIOTO, C. (eds.) *Núcleo de Estudos Gramaticis - N.E.G.: Percursos em Teoria da Gramática*.
- SELKIRK, E. (1984). *Phonology and Syntax: The Relation between Sound and Structure*. Cambridge, MA: MIT Press.
- SPENADER, J.; MAIER, E. (2009). Contrast as Denial in Multi-Dimensional Semantics. *Journal of Pragmatics*, 41(9), p. 1707-1726.
- STEEDMAN, M.; KORBAYOVA, I. (2001). Introduction: Two Dimensions of Information Structure in relation to Discourse Structure and Discourse Semantics. In: KORBAYOVA, I.; STEEDMAN, M. (eds.), *Information Structure, Discourse Structure and Discourse Semantics: ESSLLI 2001 Workshop Proceedings*, p.1-6. Helsinki: The University of Helsinki.
- UMBACH, C. (2004). Contrast in Information Structure and Discourse Structure. *Journal of Semantics* 21, p. 155-175.
- VALLDUVÍ, E. (1992). *The Informational Component*. New York: Garland.
- VALLDUVÍ, E.; ENGDAHL, E. (1996). The linguistic realization of information packaging. *Linguistics* 34, p. 459-519.